

Fundo com R\$ 661 milhões em caixa usa só 4% da verba para capacitar trabalhadores

PORTUÁRIOS. Recurso para treinamento é administrado pelo Comando da Marinha e faturou R\$ 57 milhões em 2023 só com juros

Fundo com R\$ 661 mi em caixa usa só 4% da verba para a capacitação

O Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo fechou 2023 com um patrimônio líquido de R\$ 660,9 milhões, só em juros e encargos sobre empréstimos concedidos, o Fundo que deveria capacitar trabalhadores avulsos dos portos faturou R\$ 56,8 milhões em 2023. No primeiro trimestre de 2024, essa rubrica rendeu mais R\$ 177 milhões. Toda essa verba é administrada pelo Comando da Marinha e os dados constam do Balanço Patrimonial elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Porém, só 4% do que o Fundo arrecada acaba sendo investido, efetivamente, na capacitação dos portuários avulsos.

Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira, apontou esse desvio de finalidade como um "problema a ser enfrentado". Durante audiência pública realizada em Brasília no dia 21 de maio, o desembargador defendeu "a utilização efetiva do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo".

Relator da Comissão de Juristas para Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos), Furtado de Oliveira sugeriu ainda a transferência da tarefa de capacitar os avulsos da Marinha para o Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT).

Durante a audiência pública promovida pelo Ceportos na Câmara dos Deputados, o contra-Almirante Ferreira de Mello superintendente do Ensino Profissional Marítimo da Marinha do Brasil, admitiu o problema.

Segundo o representante da Autoridade Marítima Brasileira, "as demandas de capacitação dos Órgãos Gestores de Mão de Obra, atualmente, não são atendidas plenamente, visto que os recursos transferidos para o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo e destinados aos cursos de portuários são insuficientes".

Já o presidente da patronal Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop), Sérgio Aquino, acusou o Governo Federal, numa crítica direta aos esforços do mi-



O Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo fechou 2023 com um patrimônio líquido de R\$ 660,9 milhões

nistro Fernando Haddad para conter o déficit nas contas públicas.

Durante a audiência sobre "gargalos e entraves burocráticos enfrentados pelo setor portuario brasileiro", Aquino disse que "apenas 4% do valor arrecadado retorna para treinamento efetivo, visto que o Governo deixa de aplicar os recursos, fazendo contingenciamento para alcançar metas fiscais".

Aquino também considerou que essa "baixa aplicação é grave problema do setor portuario" e também propôs "o direcionamento de recursos de treinamentos para o Sistema SEST/SENAT".

O Diário do Litoral procurou a Marinha do Brasil para comentar as críticas quanto ao uso restrito das verbas "carimbadas" para capacitação dos trabalhadores portuários avulsos. Quatro perguntas foram enviadas para o Setor de Comunicação Social da Marinha, mas todas foram ignoradas.

MUDAÇÃS À VISTA. A Comissão de Juristas para

Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira, apontou esse desvio de finalidade como um "problema a ser enfrentado"

Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias foi formalmente criada por iniciativa do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL) em 22 de dezembro de 2023. O objetivo era propor medidas "para revisão e atualização do arcabouço legal que regula a exploração direta e indireta de portuária brasileira".

O Ceportos foi formado por 16 membros, entre advo-

gados e juristas, incluindo o presidente, ministro Douglas Alencar Rodrigues, e o relator, desembargador Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira. Ao longo de dez meses de trabalho, foram realizadas seis audiências públicas, em Santos, Itajaí, Rio de Janeiro, Recife, Vitória e Brasília.

SEM PLURALIDADE. Mas, em visita a Santos no último dia 8, o ministro de Portos e Aeroportos, Sívio Costa Filho, disse que o Governo Federal não foi convidado a participar das discussões. Costa Filho também citou que a Comissão não levou em consideração as contribuições dos trabalhadores portuários avulsos. Nas audiências públicas, foram ouvidos, majoritariamente, representantes do setor patronal.

O anteprojeto com as conclusões do Ceportos foi formalmente a Arthur Lira no início deste mês. Entre outras propostas, o documento sugere o fim de quatro categorias nos portos brasileiros: conferentes de carga e descarga, consertadores, trabalha-

dores de bloco e vigias portuários.

Outra sugestão que afeta os trabalhadores avulsos é o fim da exclusividade do Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO) na escala dos portuários e a possibilidade de terceirização dos serviços hoje executados por estivadores e demais categorias de avulsos. Essas mudanças enfrentam a resistência dos portuários, que já realizaram uma greve de advertência de 12 horas, além de manifestações em vários portos brasileiros durante o mês de outubro.

"Vemos essa iniciativa como uma oportunidade para promover um setor mais eficiente, justo e sustentável, permitindo-se a implementação de princípios e diretrizes que podem resultar em melhorias significativas nas operações portuárias e nas relações com as comunidades locais. Além disso, a revisão do arcabouço legal pode contribuir para a atração de investimentos e a geração de empregos no setor", diz o relatório do Ceportos. (Nilson Regalado)

Fique ligado

Estiva pede inglês para os avulsos "há anos"

O presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatã, Bruno José dos Santos, disse que "há anos" vem pedindo cursos de inglês para trabalhadores avulsos. Essa capacitação seria importante a fim de melhorar a comunicação entre os trabalhadores de porto e de costado com os tripulantes das embarcações, em um ambiente onde a língua inglesa é regra. E ampliaria a segurança das operações. Mas, Bruno afirma que os próprios trabalhadores acabam pagando por cursos paralelos, quando, na verdade, deveriam receber bolsa-auxílio do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo para se capacitar. "Há anos peço um curso que ensine o trabalhador a falar inglês. Mas, tem muita coisa errada, muita discriminação", diz o sindicalista. "A gente presta serviço em três carreiras e em retroescavadeira e o próprio trabalhador teve que pagar por esses cursos", completa.

O representante da Estiva diz que perdeu a conta das vezes que pleiteou a ampliação na oferta de capacitação para os portuários: "O que eles querem é precarizar o trabalho". Bruno entende que a negligência é parte de uma estratégia: "Foram erros provocados principalmente pelo Sérgio Aquino para que eles tivessem o que falar para mudar a lei. Então, agora eles jogam tudo em cima do trabalhador". O DL, procurou o OGMO-Santos, mas os representantes não foram localizados para ser ouvidos no Brasil. (Nilson Regalado)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 3